

CAPÍTULO XVI  
DA VACÂNCIA

Art. 71. A vacância de cargo de Auditor de Finanças do Estado decorrerá de:  
I - promoção;  
II - exoneração;  
III - demissão;  
IV - aposentadoria;  
V - readaptação;  
VI - recondução;  
VII - falecimento.

Parágrafo único. A abertura da vaga ocorrerá na data da publicação da lei que criar o cargo ou do ato que formalizar qualquer das hipóteses previstas neste artigo.

Art. 72. A exoneração dar-se-á:  
I - a pedido;  
II - de ofício, quando:  
a) não forem satisfeitas as condições do estágio probatório;  
b) ocorrer exercício em outro cargo de provimento efetivo, ressalvados os casos de acumulação permitida em lei.

Art. 73. A demissão decorrerá da aplicação de pena disciplinar na forma prevista em lei.

CAPÍTULO XVII  
DO TEMPO DE SERVIÇO

Art. 74. A apuração do tempo de serviço, tanto na classe como na carreira, para efeitos de promoção, substituição, aposentadoria e demais vantagens, será feita em dias convertidos em anos, considerados estes de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

Art. 75. São considerados de efetivo exercício os afastamentos do serviço em virtude de:  
I - férias;  
II - casamento, até 8 (oito) dias consecutivos;  
III - falecimento de ascendente, descendente, padrasto, madrastra, cônjuge, companheiro, sogro, enteado, irmão, menor sob guarda ou tutela e incapaz sob curatela, até 8 (oito) dias;  
IV - doação de sangue, 1 (um) dia por mês, mediante comprovação;  
V - exercício pelo Auditor de Finanças do Estado de outro cargo de provimento em comissão, exceto para efeito de promoção por merecimento;  
VI - júri e outros serviços obrigatórios por lei;  
VII - desempenho de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, exceto para promoção por merecimento;  
VIII - missão ou estudo em outros pontos do território nacional ou no exterior, quando o afastamento houver sido expressamente autorizado pelo Governador do Estado e sem prejuízo da retribuição pecuniária;  
IX - deslocamento de até 15 (quinze) dias para nova sede na forma do art. 60;  
X - realização de provas, na forma do art. 123 da Lei Complementar n.º 10.098, de 3 de fevereiro de 1994;  
XI - assistência a filho portador de necessidades especiais, na forma do art. 127 da Lei Complementar Estadual n.º 10.098/1994;  
XII - prestação de prova em concurso público;  
XIII - participação em programas de treinamento regularmente instituídos, relacionados às atribuições do cargo;  
XIV - licença:  
a) à gestante, à adotante e à paternidade;  
b) para tratamento da própria saúde ou de pessoa da família, com remuneração;  
c) prêmio por assiduidade;  
d) por motivo de acidente em serviço, agressão não provocada ou doença profissional;  
e) para concorrer a mandato eletivo federal, estadual ou municipal;  
f) para desempenho de mandato classista, exceto para efeito de promoção por merecimento;  
g) para qualificação profissional;  
h) especial para fins de aposentadoria;  
XV - moléstia, devidamente comprovada por atestado médico, até 3 (três) dias por mês, mediante pronta comunicação à chefia imediata;  
XVI - participação em assembléia e atividades sindicais;  
XVII - convocação para serviço militar ou outros serviços por lei obrigatórios;  
XVIII - disponibilidade remunerada.

Art. 76. O tempo de serviço público federal, estadual e municipal, prestado à Administração Pública Direta e Indireta, inclusive fundações de direito público, será computado integralmente para fins de gratificações e adicionais por tempo de serviço, aposentadoria e disponibilidade.

Art. 77. É vedada a contagem cumulativa de tempo de serviço prestado concomitantemente em mais de um cargo ou função em órgão ou entidade dos Poderes da União, Estados, Municípios, em autarquias, fundações, sociedades de economia mista e empresas públicas.

Art. 78. Computar-se-á, para efeitos de aposentadoria, o tempo de contribuição, na forma da lei.

CAPÍTULO XVIII  
DA REMUNERAÇÃO  
Seção I  
Dos Vencimentos

Art. 79. Os vencimentos dos cargos da carreira de Auditor de Finanças do Estado são constituídos por uma parcela básica e outra variável, sendo-lhes aplicáveis, respectivamente, as disposições do art. 5.º, do art. 6.º e seu inciso I e do art. 9.º-A da Lei Complementar n.º 10.933, de 15 de janeiro de 1997, e alterações.

Parágrafo único. A parcela variável dos vencimentos sempre será calculada de acordo com o cumprimento das metas institucionais da Secretaria da Fazenda definidas no Planejamento Estratégico, integrantes dos programas de fiscalização, cobrança, monitoramento e controle do gasto público.

Art. 80. As alterações no valor da parte básica de que trata o artigo anterior serão efetuadas por lei para o cargo da classe inicial da carreira, do qual derivarão os valores das demais classes, obedecidos, para seu cálculo, fatores de multiplicação, em escalonamento vertical.

Parágrafo único. O escalonamento da parcela básica dos vencimentos dos integrantes da carreira de Auditor de Finanças do Estado observará a seguinte correspondência:

I - Auditor de Finanças do Estado	classe A:	100;
II - Auditor de Finanças do Estado	classe B:	106;
III - Auditor de Finanças do Estado	classe C:	111;
IV - Auditor de Finanças do Estado	classe D:	116;
V - Auditor de Finanças do Estado	classe E:	121.

Seção II  
Das Vantagens Pecuniárias

Art. 81. Além dos vencimentos, aos Auditores de Finanças do Estado poderão ser concedidas as seguintes vantagens pecuniárias:  
I - gratificações especiais:  
a) de direção e de assessoramento;  
b) de substituição;  
II - avanços;  
III - adicional por tempo de serviço;  
IV - gratificação de férias;  
V - gratificação natalina;  
VI - diárias;  
VII - ajuda de custo;  
VIII - auxílio-moradia;  
IX - abono familiar;  
X - auxílio-funeral;  
XI - gratificação de permanência em serviço;  
XII - outras gratificações estabelecidas em lei.

Seção III  
Das Gratificações Especiais

Art. 82. Terão direito à gratificação de que trata a alínea “a” do inciso I do art. 81, os Auditores de Finanças do Estado no exercício, na Secretaria da Fazenda, de funções de direção e de assessoramento, nos termos da lei.

Parágrafo único. O Auditor de Finanças do Estado designado para substituir o detentor de gratificação de direção perceberá a gratificação correspondente na proporção dos dias de efetiva substituição iguais ou superiores a 10 (dez) dias consecutivos.

Art. 83. O Auditor de Finanças do Estado, quando exercer a acumulação de suas funções com as de outro cargo da carreira, ainda que parcialmente, perceberá, a título de gratificação de que trata a alínea "b" do inciso I do art. 81, até o limite de um 1/3 (um terço) do vencimento de seu cargo por período mensal de substituição, proporcionalmente à extensão das atribuições assumidas, nos termos do regulamento.

§ 1.º O Auditor de Finanças do Estado que fizer jus à gratificação prevista no "caput" a perceberá na proporção dos dias de efetiva substituição, se em período inferior a 30 (trinta) dias.

§ 2.º Em nenhum caso poderá ocorrer percepção simultânea de mais de 2 (duas) gratificações de substituição por Auditor de Finanças do Estado

Seção IV  
Dos Avanços

Art. 84. Os Auditores de Finanças do Estado perceberão automaticamente avanços na forma da Lei, que incidirão sobre a parte básica do vencimento do respectivo cargo.

Seção V  
Dos Adicionais por Tempo de Serviço

Art. 85. O Auditor de Finanças do Estado perceberá automaticamente, ao completar 15 (quinze) e 25 (vinte e cinco) anos de serviço público, respectivamente, o adicional de 15% (quinze por cento) e de 25% (vinte e cinco por cento), que incidirá sobre a parte básica do vencimento de seu cargo.

Parágrafo único. A concessão do adicional de 25% (vinte e cinco por cento) fará cessar o de 15% (quinze por cento), anteriormente concedido.

Seção VI  
Da Gratificação de Férias

Art. 86. A remuneração correspondente às férias será acrescida de gratificação de 1/3 (um terço).

Parágrafo único. O pagamento da remuneração mensal, juntamente com a gratificação de férias, será efetuado antecipadamente ao Auditor de Finanças do Estado que o requerer.

Seção VII  
Da Gratificação Natalina

Art. 87. Será concedida ao Auditor de Finanças do Estado que esteja no desempenho de suas funções uma gratificação natalina correspondente à sua remuneração integral devida no mês de dezembro.

§ 1.º A gratificação de que trata este artigo corresponderá a 1/12 (um doze avos) da remuneração a que fizer jus o Auditor de Finanças do Estado no mês de dezembro, por mês de efetivo exercício, considerando-se as frações iguais ou superiores a 15 (quinze) dias como mês integral.

§ 2.º O pagamento da gratificação natalina será efetuado até o dia 20 (vinte) do mês de dezembro de cada ano.

§ 3.º A gratificação natalina é devida ao Auditor de Finanças do Estado afastado de suas funções sem prejuízo da remuneração e demais vantagens.

§ 4.º O Auditor de Finanças do Estado exonerado terá direito à gratificação natalina, proporcionalmente aos meses de exercício, calculada na forma do § 1º, sobre a remuneração do mês da exoneração.

§ 5.º É extensiva aos inativos a percepção da gratificação natalina, cujo cálculo incidirá sobre as parcelas que compõem seus proventos.

Seção VIII  
Das Diárias

Art. 88. O Auditor de Finanças do Estado que se deslocar, temporariamente, de sua sede em objeto de serviço, terá direito a diárias, pagas antecipadamente e fixadas em ato do Secretário de Estado da Fazenda.

§ 1.º A diária será para cobertura de despesas de alimentação e hospedagem e no valor de até 1/40 (um quarenta avos) da parte básica do vencimento da classe E.

§ 2.º Quando se tratar de deslocamento para fora do Estado, o valor da diária corresponderá a até o quádruplo do previsto no parágrafo anterior.